

OS EXAMES DE ADMISSÃO DA DÉCADA DE 1931 A 1971

Marta Maria Gama¹
Laura Isabel Marques V. de Almeida²

RESUMO

O presente estudo busca compreender os motivos da implementação dos Exames de Admissão³ ao ensino secundário no Brasil, da década de 1931 a 1971, bem como compreender os conteúdos da disciplina de Matemática que faziam parte desses exames. O objeto da investigação se valeu da pesquisa histórico documental, porém, ao iniciar a escrita do tema, recordei e resolvi narrar os desafios com os quais tive que lidar⁴: era vencê-los ou parar de sonhar. Sertaneja do interior baiano, lugar onde nasci e cresci a interculturalidade não tinha vez nem voz. Havia sempre um grupo empoderado. Embora nosso olhar tenha se voltado para os exames de Admissão de Matemática, cotejamos ligeiramente o que era ensinado no primário e exigido no Exame de Admissão.

Palavras-chave: Exame de Admissão; Relato de Experiência; Ensino de Matemática; Ensino Primário.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender os motivos da implementação dos Exames de Admissão⁵ ao ensino secundário no Brasil, bem como, os conteúdos da disciplina Matemática que faziam parte desses exames. Nosso intuito é responder à seguinte questão: Com que intuito foram criados os Exames de Admissão ao ginásio no período de 1931 a 1971 no Brasil e em particular na Bahia⁶, suas características, os livros utilizados e dificuldades para ingressar no ensino ginásial? Os objetivos específicos são: analisar os motivos da criação dos Exames de Admissão, analisar os

¹ Mestranda do Curso de Pós Graduação do Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá. E-mail: mgpedagoga@hotmail.com

² Doutora em Educação e Docente do Programa de Pós Graduação do Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá. E-mail: lauraisabelvasc@hotmail.com

³ O secundário compreendia as quatro séries do ginásial e as três do colegial.

⁴ Com 11 anos de idade enfrentei um período de resistência e luta para fazer o Exame de Admissão com vistas ao ingresso no ensino ginásial em 1967.

⁵ O secundário compreendia as quatro séries do ginásial e as três do colegial.

⁶ A escolha pelo Estado da Bahia, se deu em virtude de ter passado pelo exame em 1967 para ingressar no ensino ginásial do Instituto Bom Conselho na cidade de Cícero Dantas-Bahia.

livros que circularam na época, com modelos de exames de 1931 e 1971, suas finalidades, características e provas de Matemática do ano de 1931.

Para tentar responder a questão norteadora do nosso texto, faz-se necessário reportar parte da minha trajetória escolar para compreendermos o contexto onde o exame de Admissão fez parte da minha vida estudantil. Em 1967 morava com minha família no Estado da Bahia, no início da ladeira que dava acesso ao Alto dos Vieira⁷, bem próximo ao Grupo Escolar Júlia Montenegro Magalhães. De acordo com relatos de minha mãe, eu ficava à porta logo muito cedo, aos cinco anos de idade pedindo às professoras que me levassem para a escola. Na época a idade mínima para ingressar no primário era de sete anos. Estudei o primário nesse grupo escolar, sem livros e não tinha merenda, sofrendo todo tipo de discriminação em virtude da condição financeira da minha família, tinha apenas um caderno e um lápis. Sofri castigos físicos e psicológicos, que não me tiraram o sonho de continuar.



Figura 1- Grupo Escolar Júlia Montenegro Magalhães
Disponível em: <http://escolajuliamontenegro.blogspot.com.br/>

⁷ Este bairro só morava a família Vieira (Família empoderada). Composta de políticos que dominaram a cidade de Cícero Dantas por muitas décadas, até que perderam o poder para o Monsenhor Renato Galvão. Posteriormente diretor do Instituto Bom Conselho.

Ao terminar o ensino primário fui para outro espaço de luta - enfrentar o Exame de Admissão ao ginásio. Fui aprovada e ingressei no tão sonhado ensino ginasial⁸, porém a maior dificuldade não foi entrar nesse nível de ensino, mas permanecer lá. Na época, o ensino secundário ainda não era obrigatório no Brasil. Somente em 1971, com a publicação da Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, “Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.” Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos.



Figura 2 – Ginásio do Instituto Bom Conselho
Arquivo pessoal: Ginásio do Instituto Bom Conselho de 1969.

Após muitas lutas, consegui uma bolsa de estudos em uma cidade vizinha⁹, mudamo-nos para lá, onde pude concluir o ensino secundário e dar continuidade ao sonho de ir para a cidade grande¹⁰ cursar o segundo grau. “Em 1971, o governo militar estabeleceu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, depois de tramitação sucinta no

⁸ Ginásio do instituto Bom Conselho, hoje, Colégio Municipal Monsenhor Galvão.

⁹ Euclides da Cunha-Bahia

¹⁰ Feira de Santana, conhecida como Princesa do Sertão.

Congresso. Após alteração drástica, o 2º grau passou a objetivar o ensino profissionalizante¹¹.” Em tempo hábil, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam ser de caráter profissional. Foi nessas circunstâncias que fiz Magistério¹² em Feira de Santana, no ano de 1972 - era tempo de ditadura! Mesmo assim, continuei sonhando e buscando alternativas, foi quando comecei a enxergar que educar era uma maneira de se conviver com a arte. A arte de contribuir para o crescimento das pessoas, de estimulá-las a se descortinarem além de suas possibilidades, eu era uma prova viva dessa realidade.

Após o pequeno depoimento autobiográfico, nosso olhar se voltou para os exames de Admissão na disciplina de Matemática, fazendo um cotejo entre o que era ensinado no primário e exigido no exame de admissão, dessa disciplina. No entanto, acreditamos ser necessário resgatar um pouco da história da Educação no Brasil no período delimitado.

As fontes utilizadas fazem parte do acervo bibliográfico do repositório do grupo GHEMAT¹³, onde destacamos livros, documentos, histórico escolar de exame de admissão e experiências pessoais. Recorremos também aos aportes teóricos de renomados autores como Bloch (2001), Barros (1975) Chervel (1990) dentre outros.

A investigação documental se apresenta no trabalho do historiador da educação, como responsável por indagar o passado, buscar entender o presente, para explicar a realidade presente. Do ponto de vista de Bloch (2001) ao esclarecer sobre a importância do historiador ter ciência para onde vai, para que as fontes respondam às suas angústias. No dizer do autor os documentos supostamente mais explícitos, “não falam quando não sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p.79). A pesquisa autobiográfica é o componente essencial na característica da narração para reconstruir informações de análise que me transportam ao processo de autoconhecimento. Por esta razão, passo a escrever a partir das emoções vividas e superadas ao longo da minha

¹¹ Publicada a Lei Nº 5.692/71, foi possível fazer o magistério em uma Escola Normal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>

¹² Instituto de Educação Gastão Guimarães.

¹³ Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil, criado em 2000. O Grupo, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, tem como líderes a Prof.^a Dr.^a Neuza Bertoni Pinto, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica (REAMEC) e Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP - Campus Guarulhos).

trajetória escolar.

A contribuição, por meio das leituras, sobre as vivências de pessoas que passaram pela experiência dos exames de admissão ao ginásio, serão fundamentais para a produção do artigo. A minha vivência, certamente trará contribuições importantes para o entendimento desse objeto de estudo, uma vez que as fontes estudadas e meu relato de experiência colocam os Exames de Admissão ao ginásio como sujeitos dessa pesquisa. De acordo com o modelo geral, os referidos exames eram muito rígidos e delimitavam o perfil dos alunos que ingressavam. Barros (1975) esclarece,

O exame de entrada no Colégio¹⁴ operava uma seleção que refletia nitidamente a estratificação social da população [...] o tipo de exame de seleção adotado vinha favorecendo, sistematicamente, os que pertenciam ao nível mais elevado, dando ênfase aos valores desenvolvidos pelo estrato social ali representado. Por conseguinte, qualquer tentativa para modificar a composição social da escola teria que partir, primordialmente, da modificação do mecanismo de seleção até então adotado (p. 42).

Não era diferente nas demais cidades da Bahia, pois a intenção era limitar o número de aprovados, já que a oferta era reduzida. O Art. 19 do Decreto nº 11.762 /1940, de autoria de Isaías Alves, Secretário de Educação e Saúde, já indicava que o exame para acesso no ginásio deveria ser austero, bem como determinava punições, nos casos de afabilidade reincidente: troca dos professores ou quebra da licença da escola¹⁵. Fica evidente que a austeridade exigida era um dos critérios para aumentar a dificuldade, nos exames e conseqüentemente diminuir o número de aprovados.

A Bahia, de modo geral seguiu a Legislação no que se refere à configuração de efetivação do exame. O Departamento Nacional de Educação dirigia o exame de admissão dentro do rigor previsto em lei e expunha os documentos exigidos para a inscrição, os conteúdos das provas, correção, procurando uniformizar os exames de admissão no país. Porém, houve mudanças a partir da Circular nº 973, de 25 de maio de

¹⁴ Barros, nesse caso se refere ao Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia.

¹⁵ Disponível em: http://www.apm.pt/files/177852_C39_4dd7a12538438.pdf

1965. No artigo 1º já não indicava a prova como única forma de acesso ao ensino secundário.

Art. 1º - O exame de admissão tem por objetivo verificar se o candidato possui satisfatória educação primária para ingressar na primeira série ginásial. Parágrafo único – O exame de admissão poderá ser feito mediante a prestação de provas ou limitar-se-á à verificação da autenticidade e idoneidade do certificado de aprovação em curso primário reconhecido e fiscalizado pela autoridade competente, com a duração mínima de quatro séries, prevista nos art. 16 e 26 da LDBEN. (Circular nº 973, 1965).

Com as modificações operadas pela Circular acima citada os exames de admissão passaram a ter uma estruturação diferente. Mais precisamente a partir do ano de 1967, a prova passa a ser globalizada, com conteúdos de todas as disciplinas. No ano de 1968, aos 12 anos de idade, de acordo com imagem abaixo, me submeti ao exame de admissão ao ginásio, sendo aprovada com Média Geral 5,40, sendo a média mínima 5,00¹⁶. Vale lembrar que conteúdos exigidos nas provas nem todos foram ensinados, porque não havia compromisso por parte do governo e muito menos das escolas com a continuidade dos estudos.

Nome do Aluno: Marta Maria Gama
Data do Nascimento: 29 de Setembro de 1955
Cidade: Leicoro Santos
Estado: Bahia
Nome do Pai: João Oliveira Gama
Nome da Mãe: Odete Carvalho Gama
Estabelecimento que expediu o certificado: Ginásio do Instituto Bom Conselho
Cidade: Leicoro Santos
Estado: Bahia

RESULTADOS

Português	6,0	Aritmética	5,5
Geografia	3,0	História	7,0
Média Geral	5,40	Data	12-02-1968

1º CICLO

Figura 3 - Exame de Admissão, 1968.

Fonte: Arquivo pessoal Marta Gama.

¹⁶ A Média Geral era adquirida a partir da Média Aritmética de todas as disciplinas.

Esses exames duraram quarenta anos, durante esse período os alunos do Ensino Primário que desejavam ir para o Ensino Ginásial tinham que se submeter as provas escritas e orais em quatro áreas de conhecimento¹⁷: Ademais teriam que estar na faixa etária de 11 a 13 anos, com certidão de nascimento, filiação, naturalidade e cartão de vacina contra a varíola. Os alunos só teriam acesso em uma instituição de ensino secundário com a aprovação nos testes de admissão. Aqueles que não obtinham sucesso poderiam refazer o exame no ano seguinte desde que tivesse idade suficiente.

Com vistas a tirar proveito da situação muitas editoras começaram a lançar no mercado, os livros Programa de Admissão e Admissão ao Ginásio, como é o caso da Companhia Editora Nacional. O texto foi organizado pelos professores: Aroldo de Azevedo; Domingos Phascoal Cegalla; Joaquim Silva; Osvaldo Sangiorgi sob a coordenação de texto pelo Prof. J. B. Damasco Penna.

¹⁷ Português, Matemática, História e Geografia.

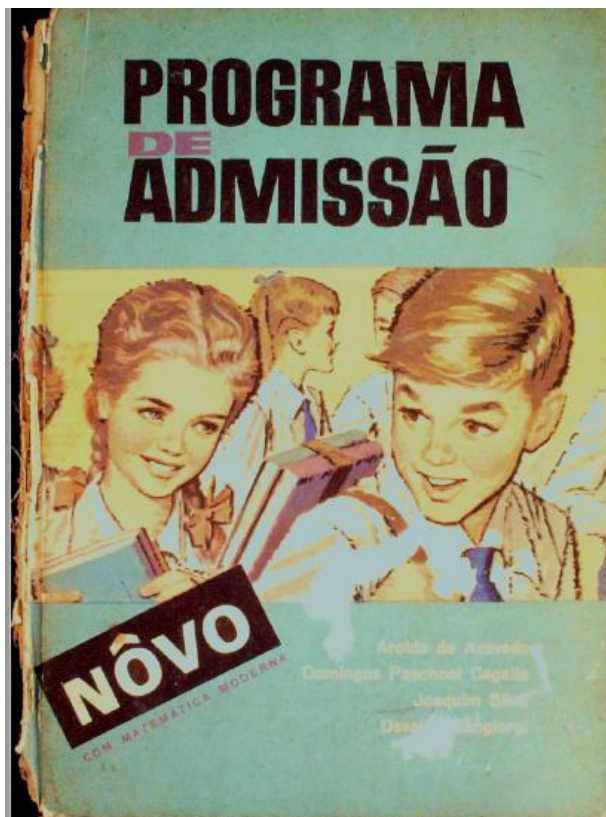


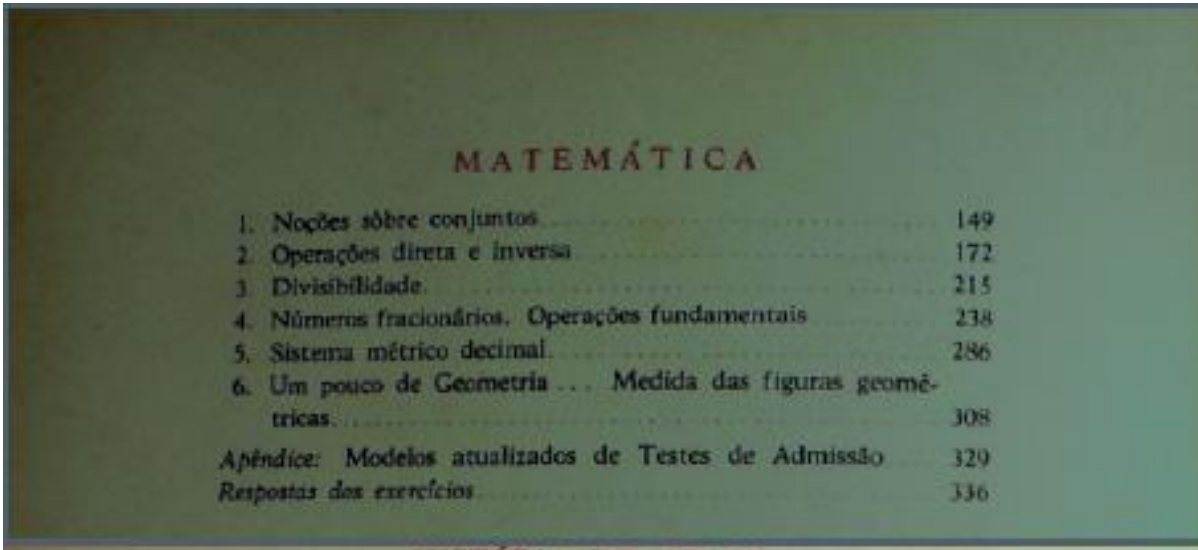
Figura 4 – Livro Didático Programa de Admissão, 1968

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/163654>

O programa apresentava uma coletânea composta de seis livros, seu uso foi autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura, registrado na Comissão Nacional do Livro Didático sob o número 2751. Os livros aos quais tivemos acesso é o de 19ª edição, impresso no Brasil em 1968, com quase trinta mil exemplares vendidos. Porém nem todos tinham acesso ao livro. Lembro-me que não tinha nem a lista de conteúdos a serem aplicados nas provas, no entanto:

A maior parte fazia o curso preparatório (chamado de "Curso de Admissão") concomitantemente ao último "ano" do Primário (o 4º). Os alunos que não faziam isso (ou que tivessem levado "bomba" no exame prestado anteriormente) frequentariam o cursinho durante todo o ano seguinte ao da formatura no Grupo Escolar (atrasando a "carreira" estudantil) para se submeter a nova seleção, que sempre ocorria no final de cada ano letivo). Disponível em: <http://www.anosdourados.blog.br/2012/01/imagens-escola-livro-escolar-programa.html>

O livro desse famigerado acontecimento na educação, continha 500 páginas e abrangia as matérias exigidas no exame: Português (Prof. Domingos Paschoal Cegalla), Geografia (Prof. Aroldo de Azevedo), História (Prof. Joaquim Silva) e Matemática (Prof. Osvaldo Sangiorgi). Os conteúdos de Matemática foram escolhidos de acordo com a figura 3. No início do livro contém o programa oficial dos assuntos para a elaboração das questões dos exames de admissão ao ginásio no Estado de São Paulo. A parte referente à Matemática foi escrita por Osvaldo Sangiorgi e aborda noções de conjuntos, operações, frações, entre outros¹⁸.



The image shows a table of contents for a mathematics book titled 'MATEMÁTICA'. The table lists six main sections and two appendices with their respective page numbers. The text is in Portuguese and the page numbers are on the right side of the table.

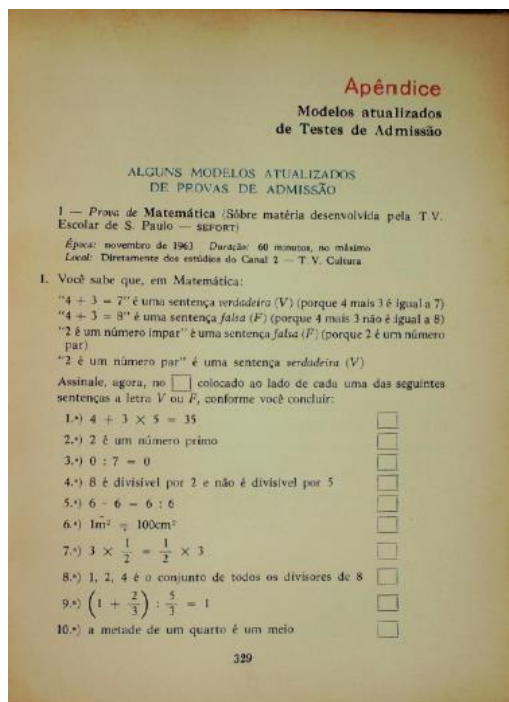
MATEMÁTICA	
1. Noções sobre conjuntos	149
2. Operações direta e inversa	172
3. Divisibilidade	215
4. Números fracionários. Operações fundamentais	238
5. Sistema métrico decimal	286
6. Um pouco de Geometria . . . Medida das figuras geométricas	308
Apêndice: Modelos atualizados de Testes de Admissão	329
Respostas dos exercícios	336

Figura 5 – Programa oficial do livro Exame de Admissão, 1968

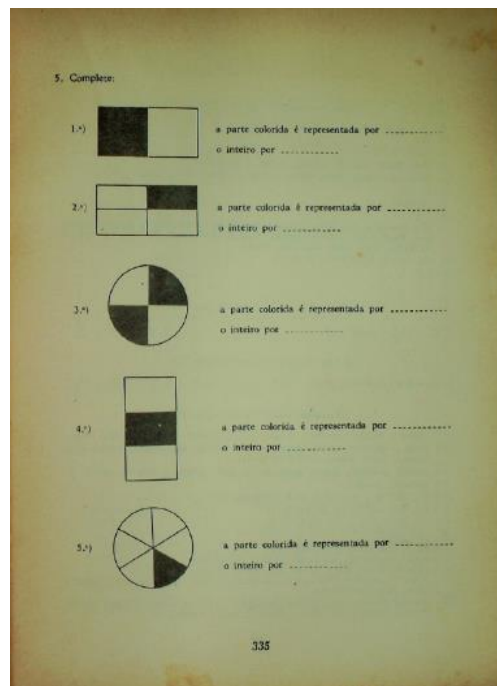
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/163654>

O apêndice com modelos atualizados de testes traz muitos exercícios com respostas, conforme aponta as imagens abaixo.

¹⁸ Descrição disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163654?show=full>



Questão nº 1 P. 329



Questão nº 5 p. 335

Ao buscar fontes no repositório do GHEMAT, nos deparamos com uma sequência de exames de admissão do ano de 1931. O que informam esses exames e provas? O Decreto no. 19.890 de 18 de abril de 1931 estabelecia através seu Art. 18, que “o candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de demissão na segunda quinzena de fevereiro”. Dentre outras disposições o exame de admissão seria composto de “provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de geografia, história do Brasil e ciências naturais” (Art. 22) (Bicudo,1942:12)¹⁹.

No que diz respeito ao exame escrito de Matemática, a Circular afirmava que:

A prova escrita de Matemática visa, de modo especial, apurar o domínio das operações fundamentais e o desembaraço no cálculo. Os problemas e exercícios propostos devem, portanto, verificar, real- mente estes dois pontos, evitando-se os de

¹⁹ Disponível em: http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/paginas/arq_admis_2.htm

exposição intrincada e fácil resolução, como são geralmente os chamados ‘quebra-cabeças’ (Bicudo, 1942, p. 542).

A partir dessa Circular outras regulamentações modificaram o exame de admissão desde 1931. Essa legislação a respeito das provas de admissão ao secundário promoveu mudanças quanto a sua configuração, número de questões, cálculo da média do aluno, número e programas das várias disciplinas, número de professores que corrigiam as provas etc. No entanto, o modo principal do exame foi conservado: a exclusão social, impossibilidade de acesso impedindo a continuidade dos estudos. O exame de admissão durante quatro décadas foi a linha que separava o ensino primário de secundário, laborou como um adequado ritual de entrada no processo de seleção à seguimento dos estudos, representada pelo acesso no ginásio acadêmico, que teve busca ativada a partir dos anos 1930.

Os exames aos quais tivemos acesso²⁰ revelam a concepção de avaliação daquela época. Os enunciados dos exercícios e questões possibilitaram a leitura que o dia-a-dia da escola realiza em uma determinada época histórica. No que diz respeito aos alunos as provas são ferramentas necessárias para análise de procedimentos de resolução de treinamentos e questões de certo conteúdo escolar. Em realidade, os exames e provas concentram sobre a forma de exercícios e questões todos os objetivos explícitos do processo de ensinar e aprender de uma disciplina, ou, como diz Chervel (1990), as provas poderão permitir uma leitura das finalidades reais do processo pedagógico, a partir das finalidades de objetivo.

A EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS: 1937 ATÉ A LEI Nº 5.692/71

O direito à educação para todos no Brasil é muito recente, após lutas de movimentos sociais constituídos na época, possibilitou o avanço da Constituição de 1934, ao reconhecer o Ensino Primário como direito. Na primeira carta de direitos do nosso país, outorgada em 1824, apenas a gratuidade estava explicitada, evidenciando a

²⁰ http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/paginas/arq_admis_2.htm

ausência do governo nesse processo, conforme Art. 179 - A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade é garantida pela Constituição, pela maneira seguinte: 32) A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos²¹. Porém, a responsabilidade de cuidar das escolas primárias e secundárias foi transferida para as províncias.

A intensa centralização de domínio no Executivo federal, em 1935, a aliança com militares e com a classe dominante, facilitaram o golpe político de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937²², que durou até o ano de 1945. Por isso a Carta de 1937, na perspectiva da educação, retrocedeu em relação à sua antecessora. O atrelamento obrigatório de recursos para a pasta foi suprimida. Mesmo constando que o ensino primário era obrigatório e gratuito, os que não eram muito pobres tinham que contribuir mensalmente para a famosa caixa escolar.

Com as eleições de 1945 foi enviado um texto à Assembleia Nacional Constituinte, o qual foi promulgado em 18 de setembro de 1946. A intenção era restaurar direitos adquiridos na Carta de 1934 e que tinham sido negados com o golpe de 1937, em especial em matérias de proteção aos trabalhadores, à ordem econômica, à educação e à família (BALEEIRO e SOBRINHO, 2001).

Os exames de Admissão foram instituídos em 1934, antes da Era Vargas e eram obrigatórios para os alunos que tivessem 11 anos e concluído o Ensino Primário de 4 anos. O referido exame foi criado no Brasil com o advento da Reforma Francisco

²¹ Importante ressaltar que a Carta Magna vigente não garantia a todos os brasileiros o acesso à educação primária, posto que negros e escravos alforriados não eram considerados cidadãos. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29732/o-direito-a-educacao-nas-constituicoes-brasileiras>
<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.html>.

²² Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS) em 19/04/1882. Formou-se em Direito pela Faculdade de Porto Alegre em 1907. Foi deputado estadual pelo Partido Republicano Rio Grandense de 1909 a 1913 e de 1917 a 1923. Pelo mesmo partido, foi deputado federal de 1923 a 1926. De 1926 a 1927 foi Ministro da Fazenda de Washington Luís e governador do Rio Grande do Sul de 1928 a 1930. Em 1929 candidatou-se à presidência da República pela Aliança Liberal. Derrotado, assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930 que, em 24 de outubro, depôs Washington Luís. Com isso tornou-se Chefe do Governo Provisório até a promulgação da Constituição de 34. Foi deposto em 29 de outubro de 1945. Voltou a governar o país quando eleito em 3 de outubro de 1950. Devido a uma grande crise política que o país atravessava, em 24 de agosto de 1954, suicidou-se no Palácio do Catete (RJ), com um tiro no peito (PALMA FILHO, 2005).

Campos²³. Passaram por muitas alterações por meio de decretos e portarias até seu cerceamento em 1971, momento em que se instituiu a escola integrada de oito anos.

De acordo com o Marcos Legais baseado na Constituição de 1946, [...] “O ensino primário é obrigatório”... “o ensino primário oficial é gratuito para todos: o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou suficiência de recursos.”

Os exames de admissão encontrados no repositório do GHEMAT apresentam questões de Aritmética e Geometria, sendo a primeira de problemas e a segunda reconhecimento e desenhos de figuras geométricas. A apreciação desses exames consentiu entender que os problemas expressam o bom emprego de conteúdos da matemática às conjunturas econômica e social vivenciadas pelos pretendentes naquela ocasião da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Exames de Admissão durante quarenta anos foram a fronteira que decidia quem dava continuidade aos estudos, ingressando no ensino secundário. Era uma qualidade fundamental para continuidade de seus estudos, vislumbrando a promoção da igualdade social, já que a educação secundária era pensada apenas para a elite, como conta a história. A composição social do ensino secundário no Instituto Bom Conselho igualmente ajuizava essa estratificação social. Essa conjuntura tinha afinidade com o exame que era aplicado com vistas a selecionar alunos para ingresso ao curso ginásial.

Não obstante, há indicativos de que isso era um tanto preocupante tanto para professores quanto para a direção da escola. Mesmo assim, essa situação perdurou até o ano de 1971, quando foi dado um ponto final ao Exame, já que o acesso à escola não era mais problema. A questão debatida continua sendo a qualificação de mão de obra, época em que o tecnicismo reinou e reina no Brasil, mas a qualidade no ensino entra definitivamente na pauta das discussões.

²³ Nome da primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”.

Por ultimo, diante do notório, valorizar a educação, é proporcionar direitos do homem e das liberdades basilares. É gerar a formação de cidadãos cômicos, tolerantes, pacíficos, produtivos nos aspectos econômicos e culturais, que promove a transculturalidade e esquadrinha a transformação de um lugar melhor em que todos possam viver em paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALEEIRO, Aliomar.; SOBRINHO, Barbosa Lima. **Constituições Brasileiras: 1946**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

Barros, Z. G. P. (1975). *Redefinição Conceitual dos Colégios de Aplicação*. Salvador, Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria e Educação. Porto Alegre: Pannonica, 1990, pp.177-229.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL, Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931 dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 28/01/2018.

BRASIL. Circular nº 1, de 08 de fevereiro de 1940. In: BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação (1931 a 1941)**. São Paulo, 1941, p. 527.

BRASIL, Circular nº 973 de 25 de maio de 1965 (1965). Consolidação da Legislação do Ensino Secundário, após a LDBEN.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm > Acesso em: 15/02/2018.